

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA APA CAIRUÇU – 19/02/2014

Aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro de 2014 (dois mil e quatorze) estiveram reunidos na sede da APA Cairuçu representantes de instituições públicas e da sociedade civil do município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro. A reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho e Chefe da APA, Eduardo Godoy Aires de Souza, que abriu a reunião às 14:20h, dando boas vindas aos presentes e passou a condução para o Sr. Olivar Bendelak, da Coordenação Regional 8 do ICMBio.

Olivar: iniciou uma rodada de apresentações. Em seguida, propôs uma dinâmica de apresentação coletiva, que foi aceita e realizada pelos conselheiros e demais participantes da reunião. Na sequência foi apresentada a pauta da reunião:

- Aprovação da ata anterior
- Informes gerais: encaminhamento da Moção 01/2013; Parecer do GT de alteração do Decreto de criação da APA; evento de comemoração dos 30 anos da APA Cairuçu
- Momento da Secretaria Executiva do CONAPA
- Programação do processo de revisão do Plano de Manejo da APA em 2014
- Agenda CONAPA 2014

Junior (Secretario de Meio Ambiente): propõe mudança da pauta em função da presença do prefeito de Paraty, que veio para discutir assuntos “ mais importantes”.

Eduardo: Explica que existe uma pauta que precisa ser cumprida, e que é fundamental a aprovação da ata da última reunião do CONAPA.

Cazé (prefeito): propõe manter a aprovação da ata da reunião anterior (CONAPA).

Olivar apresenta as “regras de convivência” para melhor andamento da reunião, propondo sempre se fazer sugestões após as críticas, adotando uma postura propositiva.

Eduardo lê a ata da reunião anterior do CONAPA, projetada na parede através de datashow. Em seguida a ata é aprovada por aclamação pelo conselho.

Eduardo lê a Moção N°01/2013, diz que já foi devidamente encaminhada, mas até o momento não houve retorno.

Eduardo abre os informes sobre o Parecer Técnico do GT instituído pela CR8 para dar subsídios para alteração do Decreto de criação da APA Cairuçu. Ele fez um histórico do processo e da reunião ocorrida em julho de 2013, em Brasília, que demandou a criação do GT subsidiar o ICMBio quanto a alteração do decreto de criação da APA. O Parecer foi apresentado para o Prefeito e Presidente da Câmara de vereadores de Paraty e houveram diversas reclamações, expectativas e comentários. Eduardo disse que este assunto irá voltar para o CONAPA para ser avaliado, mas que neste momento é apenas um parecer e não uma decisão do ICMBio. É necessário saber qual o posicionamento do ICMBio em Brasília.

Sr. Nelson (ouvinte): perguntou ao Eduardo como é composto um parecer.

Eduardo explicou os critérios que embasaram o parecer, que foram 4 critérios:

- Critério 1 – Ilhas com ocupação anterior ao Decreto de criação da APA.
- Critério 2 - Ilhas com ocupação posterior ao Decreto de criação da APA.

- Critério 3 – Ilhas sem ocupação.
- Critério 4 – Ilhas com sobreposição com UCs de proteção integral.

Junior perguntou quantas ilhas integram cada critério.

Eduardo: Critério 1 – 22 ilhas; Critério 2 – 11 Ilhas; Critério 3 – 17 Ilhas; Critério 4 – 13 Ilhas. Explicou ainda as sugestões e encaminhamentos do Parecer: Critério 1, seria discutido no âmbito da revisão do Plano de Manejo; Critérios 2 e 3, seriam transformadas em UCs de proteção integral, em uma categoria onde seria possível uso público, isto é, o desenvolvimento do turismo; e Critério 4, continua como UC de proteção Integral.

Isaiás se disse preocupado quanto ao uso público, abrindo para empresários de fora de Paraty, tirando a população local.

Adriana (ESEC Tamoios): explica que é possível se fazer turismo na ESEC, só não é possível construir e fundear.

Américo (ouvinte): quem vê os critérios 1 e 2, observa que a APA está se tornando mais restritiva. Quem fez o parecer está se baseando na legislação de 1983, está desatualizado.

Junior comenta que a criação em 1983, não ouviu a população. Segundo as palavras do mesmo, “a gente quer ter o direito de conduzir este processo. Como ter ilhas de proteção integral entre o Rio e São Paulo? Isso sova aumentar os conflitos. É uma falta de sensibilidade da gestão do ICMBio. Estamos desperdiçando a oportunidade de a população abraçar a Unidade. O ICMBio não tem condições de cuidar deste patrimônio (Ilhas)”. Citou como exemplo a ilha do Catimbau, onde pessoas embarcadas estão descendo na ilha, que foi embargada pelo ICMBio, fazendo churrasco, sujeira, depredando a ilha e o ICMBio não tem fiscais para coibir estes atos.

Eduardo explica ao Isaiás que no atual Decreto, é a pior das situações para o turismo, e que com a nova situação vai melhorar. Possibilitará o turismo com concessões. Seria possível fazer um Portal do Turismo. Atualmente, muitas destas ilhas não têm turismo, são propriedades particulares fechadas. O novo modelo haveria o turismo misto, privado e com concessões. É do entendimento do ICMBio que é importante priorizar um turismo público.

Nélio (OAB) questiona a legalidade deste processo. A democracia prevê a participação dos municípios nas decisões da federação. As decisões do ICMBio estão invadindo o poder de decisão do município. O município tem a responsabilidade de discutir a forma de ocupação de seu território. Gabriel (Sec. De Turismo): O turismo é o principal produto do município. O ICMBio tem que ser parceiro do caiçara. O caiçara tem que estar presente no turismo. Não consegue entender como será o turismo com as ilhas se transformando em proteção integral.

Adriana (ESEC) destaca que os Parque Nacionais, que são proteção integral, são o Nº 1 em turismo no país. Quanto a ilha do Catimbau, a situação já está judicializada. Além disso, as ilhas da ESEC na baía de Paraty são monitoradas uma vez por semana.

Neste momento houve uma grande discussão, após a Adriana mencionar que o Sr. Cacá, então ocupante desta ilha, era um criminoso, isto é cometeu crimes ambientais.

Flávio (ilha Duas Irmãs) – é uma pratica rotineira a reunião começar atrasada. A APA é o modelo de UC mais permissivo e ZPVS é o zoneamento mais restritivo. Se vai virara proteção integral, deve-se prever a desapropriação, a regularização fundiária não está previsto em APAs. Se este parecer for para Brasília, quando voltar, não vai ter peso para mudar. De 1983 a 2000 a APA era só “de papel”.

Se fizer o recorte no tempo, deve-se considerar o momento inicial em 2000 e não em 1983, por uma questão de justiça. Existe uma voz aqui, prefeito, secretários, vereadores, presidentes de associações, etc.

Benedito Pergunta ao Eduardo se a minuta de alteração do Decreto já foi encaminhada a Brasília. Eduardo explica que ainda vai ser elaborada a minuta em Brasília e vai voltar para discussão no CONAPA. Ainda segundo Benedito, quando foi construída a BR 101, não houve planejamento, prejudicando assim, as comunidades de Pedras Azuis, Parati-Mirim, Patrimônio, Forquilha, Córrego dos Micos, Trindade. O mesmo solicita a ata de criação do Conselho do PARNA da Serra da Bocaina, para ajudar a corrigir os problemas, e devemos aproveitar o ano eleitoral.

Eduardo explica que o PARNA da Serra da Bocaina foi criado em 1971 e o Mosaico Bocaina foi reconhecido em 2006.

Eduardo os ajustes são para fazer um turismo mais adequado. A APA foi criada em 1983 e não em 2000. Por isso foi escolhido o ano de 1983, mas isso não significa que não possa ser mudado.

Cazé (Prefeito) – o auditório está cheio com várias representações. O Cacá não se enquadra como criminoso. A APA é maior que as ilhas. Existem muitos conflitos. Ilha do Araújo precisa de infraestrutura. Por que o ICMBio não investe nestas áreas? Mais de 90% da área de Paraty é tombada. Está preocupado sobre que proposta é essa de Portal, concessões, mencionado pelo Eduardo? Reforça que o marco deve ser 2000 e não 1983, conforme proposto pelo Flávio. Quando tem ausência das comunidades no mercado, estas populações vão para o clandestino, drogas, etc. Isso também é culpa da Prefeitura, que não capacita a população. Ninguém sabe que tem 8.000 pessoas do Mateus Nunes pra lá (sentido Ubatuba). 2000 pessoas nas costeiras. Propõe que estude melhor a situação das ilhas. Para fechar, a gente (prefeitura) não pode adotar os mesmos critérios do ICMBio e INEA para levar qualidade de vida a população. Não pode ficar mais de um ano para dragar o Rio Mateus Nunes. As ilhas são atrativos turísticos. A prefeitura não abre mão das ilhas para o turismo. As ilhas tem que ter infraestrutura. Não adianta tirar as pessoas das ilhas se o ICMBio não tem condição de manter limpo, organizado. A prefeitura fica com o passivo. O prefeito disse que esta pensando em decretar estado de emergência de caráter ambiental e histórico, por conta de conflitos com o INEA, ICMBio, IPHAN, INCRA.

Alexandre (Casa Azul) – O histórico dos órgãos ambientais com as populações tradicionais de truculência, ou expulsam ou inviabilizam o modo de vida destas populações. Temos uma excelente oportunidade, conforme os atores presentes nesta reunião. O processo de enviar o parecer para Brasília, para somente depois voltar para ser discutido é equivocado. Queremos participar de todo o processo. Os conselhos de APA não estão regulamentados e temos que lutar para ser deliberativo.

Dalva (Sec. Turismo) – O processo de alteração do Decreto vir de Brasília “goela abaixo” não é interessante. O interessante é destrinchar o assunto e construir uma proposta para se enviar a Brasília. O período eleitoral é positivo.

Vidal Repudiou a fala da Adriana e solicita para ela se retratar, senão ele vai abrir uma representação contra ela. Vidal disse: “Ela deve respeitar as pessoas. Vocês (APA Cairuçu) querem transformar esta UC de uso sustentável em proteção integral. Você (Eduardo Godoy), não tem condições de chefiar uma unidade de conservação de uso sustentável. Você tem que ir para uma UC de proteção integral. Vejo uma insegurança da sua parte para tocar este processo de alteração do decreto”. Vidal disse que vai pedir uma audiência com a Ministra do Meio Ambiente e com o presidente do ICMBio. Não está claro o que a gestão está querendo com isso tudo. Não está claro o que vai ser feito com as ilhas. Vocês querem colocar 28 ilhas de proteção integral em Paraty.

Márcio (Colônia de pescadores) – Os pescadores são tratados como criminosos pela Adriana, fiscal da ESEC Tamoios.

Vidal – a Câmara dos Vereadores não vai apoiar o parecer. O assunto não está sendo discutido aqui em Paraty. Ele diz que vai fazer manifestações, vai procurar a ministra, Presidente, Deputados Federais, para dizer o que está acontecendo.

Déco (Vice-Prefeito) – Esse parecer não pode ir para Brasília sem o município ser ouvido. Vai consultar o jurídico para que a opinião do município seja ouvida. Reforça que tem que ser aberta uma representação contra a Adriana para ela respeitar a população.

Américo Disse que está muito preocupado, pois o ICMBio vai arrumar problema com os proprietários de ilhas. Estamos voltando atrás. O processo está marginalizando todo mundo.

Alex (Capitania dos Portos) – Como relação a dragagem dos três rios, o mais importante é o Perequê-açu, e o processo está com a Capitania dos Portos, portanto se está parado, ele faz a *mea culpa*, isto é, é por culpa da capitania e não dos órgãos ambientais.

Isaiás – Gostaria de ter acesso ao Parecer. Os conselheiros não receberam o Parecer. Ele solicita o Parecer para emitir sua opinião.

Junior – fala para a Adriana que o Cacá não é criminoso. Criminosa foi a atitude do ICMBio que entrou armado de fuzil e agressividade na ilha do Cacá com a esposa e três crianças. Propõe que os conselheiros se manifestem contra o Parecer e exigir que o rito seja feito da maneira mais democrática possível.

Alexandre (Casa Azul) – Elogia a condução da reunião, a condução do Olivar, foi uma condução respeitosa.

Eduardo – Menciona que existem limitações na sua competência. Não estava prevista a discussão deste parecer no CONAPA. Mas isso não significa que o assunto não deva ser discutido. Estamos iniciando as discussões. Pede que o conselho espere ele voltar de Brasília com “algo mais consistente” e prosseguir com as discussões. Diz que discorda do Vidal, que disse que ele (Eduardo) está enganando as pessoas, discorda que o processo não esteja sendo democrático.

Vidal – diz que não tem o poder de obrigar os servidores do ICMBio a fazer o parecer conforme sua vontade. Fala para os analistas fazerem seus pareceres que nós (Vidal) vamos fazer o nosso.

Eduardo – chama atenção para que deve ser definido minimamente uma agenda do CONAPA. Chama atenção para o quanto da pauta não foi discutido nesta reunião (mostrou a pauta inicial).

Rodrigo (REJ) – enfatiza que todos reclamam de tudo, mas tem que ser propositivo. Não é apenas para dizer que não gosta do parecer.

Almir Tã – na volta do Eduardo de Brasília, seria bom marcar uma reunião extraordinária para saber a posição do ICMBio em Brasília.

Eduardo - abre para os conselheiros se manifestarem sobre a proposta, e acatou a proposta de encaminhar o parecer do GT de Alteração do Decreto para apreciação no intervalo em que o Eduardo for a Brasília, e na volta aconteceria uma reunião extraordinária.

Junior – propõe que o conselho se manifeste que entende que o consenso deva ser tirado no contexto local e não vindo de Brasília.

Eduardo – O Junior vai elaborar uma minuta de uma Moção que questione a condução do processo a partir de um Parecer Técnico e não de um consenso local, que será levada a Brasília na reunião. A reunião se encaminha para finalização, sendo definida a agenda de reuniões do CONAPA em 2014.

AGENDA CONAPA em 2014:

- 24/04/2014 – 14Hs
- 11/06/2014 – 14Hs
- 13/08/2014 – 14Hs
- 15/10/2014 – 14Hs
- 10/12/2014 – 14Hs

A reunião é encerrada pelo Presidente do Conselho às 17h45.

Eduardo Godoy Aires de Souza
Presidente do CONAPA